

# A Sexualidade, a Igreja e o Santo Ofício no Brasil

Ernesto Pimentel Filho\*

*RESENHA: Ruston Lemos de Barros. Carne, Moral e Pecado no Século XVI. O Ocidente e a repressão aos "deleites" da volúpia e aos "delitos" por cópula "ilícita". São Paulo: USP, 1993.*

Baltazar Martins, um senhor de quarenta e dois anos residente na Bahia durante o Brasil-Colônia dirigiu-se à mesa do Santo Ofício para uma confissão de "culpa". Ao final do século XVI, a Inquisição fazia sua primeira visita ao Brasil. Baltazar, ao contrário da maioria, não fora denunciado, nem esperou que tal fato acontecesse. Seu delito? Bigamia. Mas vivia já afastado de sua segunda esposa e sob fiança.

Desejara ter vivido e se dedicado a Susana Borges Pereira com quem teve filhos e casara-se na Bahia. Mas o passado na Ilha da Madeira lhe atrapalhara o novo relacionamento. Tendo sido por lá casado e tendo feito "vida marital" por seis meses com Isabel Nunes de Castro, descobriu que esta já se tinha casado anteriormente. Isabel deixara o antigo marido que, por sua vez, colocara outra em seu lugar.

O mestre do açúcar - profissão de Baltazar - não encontrou solução para sua vida na Ilha da Madeira. Retirou-se, então, para o Brasil onde conheceu Susana e com quem se havia de esperar próspera vida. Não fosse, porém, a carta precatória de Isabel ao Bispo. "Ele foi preso e sentenciado a

---

\* Professor do Departamento de História da UFPB/Mestre em História (UFPE).

dois anos de degredo para as galés e depois, voltar a viver com a primeira mulher já viúva.” Baltazar recusa-se a obedecer e foge. Suas esperanças refazem-se dois anos depois, quando morre a viúva Isabel. Novo casamento com Susana Borges, mas também nova denúncia por ocasião de uma visitação eclesiástica: “ao casar pela primeira vez com Susana Borges, a sua primeira mulher ainda estava viva.” Passou, então, a não mais compartilhar de lar para com a mãe de seus filhos.

A história de Baltazar Martins é um pequeno trecho da Tese de Doutorado de Ruston Lemos de Barros, defendida em agosto de 1993, na USP. *Carne, Moral e Pecado no Século XVI*, possui ampla abordagem sobre a repressão sexual no Ocidente. Detém-se em um de seus capítulos sobre a primeira visitação do Santo Ofício no Brasil.

O jovem inquisidor, Heitor Furtado de Mendonça, esteve nas cidades mais abastadas da Colônia entre 1591 e 1595, como Salvador e Olinda, onde estabeleceu Tribunal. Além de Bahia e Pernambuco, também visitou as capitânicas de Itamaracá e Paraíba. Pretendia ainda descer às partes meridionais das novas terras americanas de Portugal. Por ordem da Inquisição metropolitana, Heitor Furtado teve de retornar à corte após ter cometido abusos e punições indevidas.

A história de Baltazar Martins é apenas uma entre outras que viveram tantos perseguidos. Suas vidas foram escavadas e escavacadas. Depois, eles próprios foram chamados ao “arrependimento” pelo fato de não terem seguido comportamentos sexuais padronizados pela moral católico-cristã.

Neste sentido, Ruston recupera toda uma linguagem do “pecado” preocupando-se em resgatar a experiência dos “deleites” e dos “delitos” no máximo que os documentos podem oferecer. Essa linguagem está obviamente comprometida com o moralismo. Por baixo das *naturas* e outras expressões em latim estão imensas camadas de preconceitos e de palavras que entraram para o vocabulário

da pornografia. São expressões (mal) ditas, a que tanto repudiaram, esboçando nossa moralidade reprimida. Provavelmente, referenciando-se no trabalho do estudioso de cultura popular, o historiador russo Bakhtin, que recuperou em Rebelais o conjunto dos vocábulos da praça pública, o autor também busca o vocabulário da indecência. Esse será o primeiro “choque” que poderá sofrer o leitor desavisado.

Os “pecados” mais reincidentes durante a visitaçao do Santo Ofício não foram os sexuais - como esclarece Ruston, mas o judaísmo e as blasfêmias. Quase nada em verdade poderia ser dito neste novo mundo, ao convívio livre da natureza e companhia de ladrões, prostitutas, bastardos e aristocratas portugueses, que não fosse uma ofensa à moral católico-cristã. Um dos ditos infames mais comuns entre os processos é que “a vida de casado é melhor do que de Padre”, ou ainda, que seria isento de pecado mortal o homem que copulasse ainda solteiro.

O judaísmo também proliferava num ambiente para onde acorriam os ávidos do lucro comercial na Colônia e da ampliação das liberdades restritas ao Velho Mundo português que, forçosamente, cristianizava todos: com os judeus, a rixa da Igreja era antiga. Acirrou-se desde a baixa Idade Média (séculos XI-XV) nos debates contra a usura, atividade dominada por detentores da pequena circulação monetária então existente. Os mercadores usurários eram simbolizados pela figura do judeu vendedor do tempo (Ver *A Bolsa e a Vida*, Jacques Le Goff).

Ruston, na pista das perseguições aos “deleites” e à cópula “ilícita”, busca nos processos do Santo Ofício a perseguição às bruxas e feitiçeras, aos bigamos, aos que faziam amor por meios e satisfações nada católicos: homossexualismo, sodomia, masturbação, bestialidade, poluição, entre outros. Demonstra enfaticamente a falência do discurso e da prática da Igreja. Tal falência não está no plano político, mas na incapacidade de compreender e viver saudavelmente a sexualidade. Para o autor, parece que tudo

mais vai abaixo em função dessa questão: “Perante todo esse atestado de insanidade mental, confirma-se que a Igreja Católica nada aprendeu nem evoluiu em conhecimento sobre a sexualidade humana”.

As partes dedicadas à realidade do Brasil colonial não se limita ao estudo da presença do Tribunal do Santo Ofício no Brasil. Há uma recuperação da sexualidade indígena e dos negros. Essa recuperação se faz infelizmente pelo “olhar dos brancos”. Demonstra que a concepção do indígena como “inocente” vai sendo substituída pela do indígena que não segue os padrões da ortodoxia católica e da cultura européia. Se no primeiro caso a mentalidade do invasor era orientada pela idéia do nativo como descendente de Adão e Eva, agora as práticas “liberalizantes” pareciam uma ameaça à moral e a Deus.

A vida sexual do negro foi vista sempre com grande desconfiança e aqui a situação é pior do que a do ameríndio. O próprio discurso e prática da Igreja demonstram isso, já que ela nunca se propôs a defender aqueles que tinham a marca da escravidão. Foi o batismo de ferro e fogo o que legou a raça negra. Ruston aproveita, aqui, para reforçar o caráter hipócrita da prática religiosa. Poderíamos dizer que seu intento é apresentar o enorme fosso entre a dimensão teológica e a prática da Igreja Católica. Neste sentido, a Teologia aparece como discurso abstrato isento de qualquer nexos mais profundo com o viver dos religiosos. O paradigma de interpretação de Ruston é marxista e trabalha a Igreja como produtora de falsidades ideológicas.

Um aprofundamento maior na metodologia da História das Mentalidades exigiria uma articulação entre o pensar e o fazer do catolicismo. Ao invés disso, prendeu-se a uma dualidade. Isso faz da obra uma denúncia contra a Igreja.

Tal se faz mais presente no que diz respeito ao moralismo nem sempre assimilado pelo clero, especialmente o secular. Nesse sentido, o autor afirma: “o discurso e a

prática de seus próprios ministros caminharam sempre, como linhas paralelas que jamais se encontram”.

Para o autor, a Igreja não se propõe a “salvar almas”. A tradição religiosa é tratada como escamoteamento para controlar a sociedade, impondo-se a ideologia católica sem alternativa de opção ou confronto. Na verdade, toda repressão inquisitorial é vista como imposição ideológica. Mas, perguntaríamos: essa repressão não aparece justamente quando falha a ideologia ? Não atua para os que estão à margem da “salvação” e querem nela se reintegrar ?

A presença inquisitorial pressupõe uma *hegemonia*. Senão o que explicaria a atitude dos confitentes, muitas vezes apresentando delitos remotos de dez, vinte ou mais anos? A mentalidade e o imaginário do terror eram o que definia o sucesso do Santo Ofício. Assim, a Inquisição seria, de fato, um vetor político e ideológico ? Ou, ao contrário, atuou quando faltou a política e não foi forte a ideologia ?

Há, certamente, uma mentalidade do terror e uma leitura pecaminosa do sexo que pressupõe e perpassa os atos inquisitoriais. Como explica isto ? O texto não nos diz. Lembramos aqui uma frase de Rubem Alves, que muito bem expressa o limite das análises marxistas sobre a religião: “A hermenêutica é abolida. A crítica toma o seu lugar” (*O Suspiro dos Oprimidos*, p.55).